

ACUERDO

INTRODUÇÃO

Considerando que no Processo da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, celebrado de 26 de Agosto a 4 de Setembro deste ano, em Joanesburgo, África do Sul, se realizam negociações com o intuito de conseguir que os países se comprometam com acções concretas que tornem possível o alcance dos objectivos e metas do Desenvolvimento Sustentável. De acordo com os princípios que guiam a Cimeira Ibero-Americana de Chefes do Estado e de Governo, particularmente, o de procurar acções conjuntas sobre temas de interesse comum junto dos diversos fóruns internacionais.

Convencidos da importância de unificar critérios e destacar temas relevantes sobre o Desenvolvimento Sustentável, bem como a particular importância de que se reveste, no mundo, o tema da água e do ecoturismo nas áreas protegidas. De acordo com o mandato do I Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, celebrado na Ilha de La Toja, em Espanha, de 21 a 22 de Setembro de 2001, referente à necessidade de intensificar o intercâmbio e as acções em torno do tema da água e à constituição de uma Conferência de Directores Gerais responsáveis pela gestão da água nos países Ibero-Americanos. Na sequência da Primeira Conferência de Directores Gerais de gestão da água, celebrada em Santo Domingo, República Dominicana, de 28 de Maio a 1 de Junho de 2002, que elaborou os documentos para a 2ª Conferência, reunida em Santiago do Chile, no dia 28 de Junho de 2002. Os Ministros do Meio Ambiente e os Chefes das Delegações Ibero-Americanas, reunidos em Bávaro, República Dominicana, durante os dias 11, 12 e 13 de Julho de 2002, deliberam

SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Aceitam a Iniciativa Latino-Americana e das Caraíbas para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada na Sétima Reunião do Comité Interseccional do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caraíbas, celebrada em São Paulo, Brasil, de 15 a 17 de Maio de 2002.
2. Afirmam o seu interesse em estreitar os vínculos e a cooperação entre o Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente e o Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caraíbas, principalmente no que respeita às prioridades e linhas de acção contempladas na iniciativa Latino-Americana e das Caraíbas para o desenvolvimento sustentável. Deste modo, solicitam ao Brasil e ao PNUMA que, na qualidade de detentores da Presidência e Secretaria do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caraíbas, respectivamente, promovam o adequado fluxo de informação e intercâmbio de actividades e experiências entre os dois Fóruns.
3. Entendem que, se nos últimos dez anos houve avanços importantes nalgumas áreas da política ambiental e de conservação, ainda existem compromissos e acções da Agenda 21 a cumprir, para se avançar mais eficazmente em direcção a um desenvolvimento sustentável. Afirmam que o desenvolvimento sustentável está ligado ao desenvolvimento social, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades. Nesse sentido, consideram indispensável que, como resultado da Cimeira de

Joanesburgo, seja adoptado um documento de declaração política claro e proactivo que contenha avanços conceituais emanados da experiência da comunidade internacional durante a última década.

4. Reiteram-se enfaticamente os Princípios do Rio e ratificam o seu apego e defesa a estes princípios contidos na Declaração do Rio. Destacando-se de entre eles o da responsabilidade comum, ainda que diferenciada; o princípio precautório; a diminuição da pobreza; a vulnerabilidade dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e da ética.

5. Consideram que, para atingir estes princípios, é preciso destacar a importância dos instrumentos que tornam possível a sua aplicação, destacando-se de entre eles as questões do financiamento, criação e transferência de tecnologia, da formação de recursos humanos e a influência do peso da dívida externa no desenvolvimento dos países da América Latina e Caraíbas.

6. Decidem participar na Cimeira de Joanesburgo com propósitos harmonizados, convencidos da grande oportunidade que a mesma representa para alcançar uma estratégia mundial para a obtenção do Desenvolvimento Sustentado. Neste sentido, comprometem-se a promover esforços para garantir a participação dos Chefes de Estado e de Governo na liderança das Delegações dos seus respectivos países.

7. Consideram necessário dar o maior destaque a temas como a desconcentração e descentralização na gestão ambiental, a participação, bem como a integração e educação da juventude nos assuntos referentes ao ambiente.

8. Destacam que, seguindo o espírito da 2ª Cimeira da União Europeia – América Latina e Caraíbas (Madrid, 2002), é importante identificar os pontos de colaboração e estratégia comuns entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia, para considerar as possibilidades de serem feitas intervenções no mesmo sentido em Joanesburgo, apoiando as propostas do documento Iniciativa Latino-Americana e das Caraíbas para o Desenvolvimento Sustentável.

9. Consideram como alternativa necessária, a criação de uma página web da região, que contenha informações sobre a gestão ambiental e que sirva como veículo de intercâmbio.

10. Pronunciam-se a favor de que, a nível de cada país e região, seja promovida a interacção com outros sectores governamentais e da sociedade, estabelecendo sinergias com sectores da economia, planeamento, educação e outros, guiados pela condição da transversalidade da dimensão ambiental.

11. Solicitam à Secretaria de Cooperação Ibero-Americana (SECIB) e à Rede de Formação Ambiental do PNUMA, uma proposta integral de textos escolares que permitam a transmissão transversal da educação ambiental através dos sistemas pré-primário, primário e secundário.

12. Saúdam a disposição do PNUMA em desenvolver um projecto em coordenação com os países para a implementação da Iniciativa Latino-Americana e das Caraíbas para o Desenvolvimento Sustentável, através de um projecto GEF.

13. Propõem a necessidade de reposição de mecanismos financeiros que, como o GEF, devem contribuir de forma considerável para a gestão sustentável dos recursos naturais.

RECURSOS HÍDRICOS

1. Aplaudem a rapidez e o entusiasmo com que os Directores Gerais da Gestão de Água acolheram o mandato do Primeiro Forum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, realizando a Primeira Conferência, em Santo Domingo, República Dominicana e a Segunda em Santiago do Chile.
2. Aprovam o Plano de Acção Ibero-Americano para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável dos Recursos Hídricos, apresentado pela Conferência de Directores Gerais de Gestão da Água, celebrada em Santiago do Chile, em 28 de Junho de 2002. Acordam também em levá-lo à apreciação da próxima Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo.
3. Destacam a importância da água como um recurso económico limitado e finito de elevada importância, sendo necessário para isso possuir uma visão estratégica política a nível nacional e regional para abordar os problemas relacionados com a sua gestão.
4. Consideram como um aspecto de fundamental importância, a necessidade de incorporar a educação sobre a água em todos os níveis, desde a infância até aos níveis de tomada de decisões.
5. Acordam em promover o uso integral e o uso múltiplo dos recursos hídricos para alcançar a sustentabilidade no aproveitamento destes recursos, destacando os modelos de financiamento, a eficiência no uso e exploração e as ligações entre a qualidade da água e a saúde pública.
6. Consideram que o tema do financiamento na preservação, uso eficiente e saneamento da água, é uma questão de fundamental importância considerando os elevados custos envolvidos. Neste sentido, entende-se como necessária a procura de mecanismos que permitam interiorizar o custo da água nas actividades industriais (por exemplo, na geração de electricidade) e nos serviços ambientais.
7. Destacam que a maior parte da água utilizada na América Latina é para uso agrícola (60-70%), actividade que contribui consideravelmente para a contaminação da mesma pelo uso de produtos agro-químicos, constituindo também uma fonte importante de poluição da água doce e das zonas costeiras da região. Nesse sentido, propõe-se que a agricultura deveria pagar os custos ambientais, bem como avançar em direcção a uma agricultura sustentável.
8. Ressaltam a importância das águas subterrâneas, tema que deve ser abordado de modo mais extenso dentro do Plano, bem como a necessidade de codificar legislações, efectuar alianças com outros ministérios e desenvolver esforços para alcançar uma produção mais limpa e a formulação de metas de qualidade.
9. Destacam a importância das bacias e aquíferos transfronteiriços como unidade de gestão e como ecossistemas, que devem ser geridos e protegidos face às fontes terrestres de contaminação e que estas questões devem ser observadas no Plano de Implementação da Agenda 21 a ser aprovado em Johannesburgo.
10. Concordam em destacar a importância das áreas protegidas como importantes produtoras de água.
11. Apoiam o Forum da Água para as Américas, que se realizará no México no dia 8 de Outubro de 2002, em preparação do Forum Global da Água, que será realizado no Japão em 2003.
12. No espírito dos acordos alcançados durante a II Cimeira da União Europeia – América Latina e Caraíbas (Madrid, 2002), os países aqui reunidos solicitam que

Espanha e Portugal sirvam de elementos de ligação com a União Europeia, a fim de se avançar no estabelecimento de uma aliança estratégica com este grupo de nações na questão de abastecimento e saneamento da água. Pretende-se que a referida aliança se inscreva como uma iniciativa do Tipo II na Cimeira de Joanesburgo, cumprindo para tal com todos os critérios requeridos. Decidem que esta proposta seja também endossada no quadro do Forum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caraíbas, sempre que inclua mais países da região. Designam-se o México, Espanha e Portugal, para elaborar esta proposta.

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO SUSTENTÁVEL

1. Acolhem o documento apresentado sobre "Áreas Naturais Protegidas e Turismo na América Latina e Caraíbas", destacando que é universalmente reconhecido e aprovado o valor das áreas protegidas como áreas para conservação in situ da biodiversidade; bem como pelas suas funções ambientais, sociais e económicas e pela considerável extensão que actualmente representam.

2. Reconhecem que as Áreas Naturais Protegidas constituem a base principal para o Desenvolvimento do turismo sustentável, particularmente do ecoturismo. Que, para ser considerado como sustentável, o turismo deve respeitar o objectivo de conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais que ela proporciona, entre as suas funções primordiais, bem como a integridade territorial das mesmas.

3. Realçam a importância de incorporar as comunidades e o sector privado na utilização e gestão das áreas protegidas e das actividades ecoturísticas.

4. Assumem o documento "Declaração de Galápagos", aprovado na reunião de Ministros de Turismo e Ambiente, celebrada em Galápagos, Equador, em Maio de 2002, o qual demonstra os importantes aspectos da correcta relação entre turismo sustentável e o ambiente. Solicita-se ao Dr. Frank Moya Pons, na sua condição de Presidente deste Forum, que apresente a referida Declaração ao Ministro de Turismo da República Dominicana, com o objectivo de que os Ministros de Turismo do Sistema Ibero-Americano o assumam.

5. Acordam em promover a investigação nas áreas protegidas, como instrumento imprescindível para a sua conservação e utilização adequada e para o Desenvolvimento sustentável do turismo. Igualmente importante é a utilização dos conhecimentos adquiridos a favor da comunidade. Neste sentido a bio-prospecção é uma estratégia importante.

6. Consideram necessário promover eventos e intercâmbios para unificar critérios sobre o conceito de ecoturismo e as suas normas, bem como a adopção de um sistema de certificação de sustentabilidade do turismo com indicadores de carácter regional. Nesse sentido, aceitam e acolhem positivamente a disposição do PNUD e do PNUMA em apoiar iniciativas regionais para avançar na definição de critérios e propostas sobre o ecoturismo.

7. Destacam a importância de assumir uma estratégia regional de Desenvolvimento do ecoturismo, promovendo a região como um destino comum.

8. Propõem que, no quadro dos esforços da região para criar um portal web, se inclua informação sobre as nossas Áreas Protegidas, a sua utilização e as actividades ecoturísticas nas mesmas.

9. Avaliam positivamente a conveniência de estabelecer bases legislativas, que garantam a representatividade e estabilidade dos Sistemas Nacionais das Áreas Protegidas.

10. Os Ministros do Meio Ambiente e Chefes de Delegações presentes neste Segundo Forum manifestam a sua solidariedade e decidido apoio na firme defesa do trabalho que está a realizar a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais da República Dominicana, visando a integridade do sistema nacional de áreas protegidas deste país, particularmente face ao intuito de reduzir o território do Parque Nacional Jaraguá e outros parques nacionais, medida que, sobrepondo interesses económicos conjunturais aos interesses estratégicos do povo e do governo dominicanos, afectaria uma das mais importantes reservas ecológicas da região e do mundo.

OUTRAS RESOLUÇÕES:

1. Aplaudem e aceitam a proposta do México para ser a sede do III Forum de Ministros Ibero-Americanos do Meio Ambiente, no ano de 2003. Os Ministros e Chefes das Delegações presentes manifestam o seu agradecimento ao povo e ao governo da República Dominicana, pela hospitalidade com que foram recebidos neste II Forum.